

ARTIGO

LEYLA BEATRIZ PERRONE-MOISÉS REVISITA A “MARIA ANTÔNIA”: HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES

LEYLA BEATRIZ PERRONE-MOISÉS REVISITS “MARIA ANTÔNIA”: ORAL HISTORY, MEMORY AND REPRESENTATION

GLAUBER CÍCERO FERREIRA BIAZO*

RESUMO

O artigo analisa como documento uma entrevista de história oral de vida acadêmica realizada com a Profa. Dra. Leyla Perrone-Moisés. Investiga-se a maneira como a memória narrativa da Profa. Perrone-Moisés reconstruiu suas experiências nas décadas de 1950 e 1960 enfatizando o papel central da “Maria Antônia”, nome dado ao prédio que sediava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em diálogo com a hermenêutica de Ricoeur, sustenta-se que a teoria do conhecimento em história oral pode colaborar para a elaboração de problematizações em torno da memória narrativa, compreendendo-a como fruto de um sujeito engajado na experiência histórica, nas suas relações com o outro e com o tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Leyla Perrone-Moisés; história oral; memória; ditadura militar no Brasil.

ABSTRACT

The article analyzes as document an oral history interview of academic life held with PhD Prof. Leyla Perrone-Moisés. We investigate how the narrative memory of Prof. Perrone-Moisés reconstructed her experiences in the 1950s and 1960s emphasizing the central role played the "Maria Antonia", name given to the building that housed the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the University of São Paulo. In dialogue with Ricoeur's hermeneutics, it is argued that the theory of knowledge in oral history can contribute to the elaboration of issues around the narrative memory, understanding it as a result of a subject engaged in its historical experience, its relations with the other and with time.

KEYWORDS: Leyla Perrone-Moisés; oral history; memory; militar dictatorship in Brazil.

O reconhecimento de que os historiadores também são produtores de textos e de que a narrativa é parte integrante da história permitiu, como atesta Paul Ricoeur, que os processos de produção do conhecimento histórico ganhassem um novo ímpeto. Essa importante constatação deve ser compreendida acompanhada da advertência de que cabe também aos novos procedimentos uma atenção cuidadosa em relação aos sentidos e propósitos das construções discursivas que são responsáveis pela produção de determinados enredos, sejam eles de cunho pessoal ou social. Afinal, como a história oral tem dialogado com a história social, a história cultural e a hermenêutica? Em que medida a história oral pode incorporar e, ao mesmo tempo, contribuir para os debates no campo da teoria da história? A exposição que segue sobre a trajetória de vida intelectual da Profa. Dra. Leyla Perrone-Moisés faz parte de investigações que procuram palmilhar caminhos teóricos para a produção de conhecimento histórico ao estabelecer diálogos possíveis.

Um exame apurado sobre o modo como as histórias são narradas e a trama é criada assegura para o historiador Roger Chartier, por sua vez, o entendimento de como se elabora uma determinada representação desse passado. Sendo assim, caberia ao historiador cultivar uma abordagem em relação à história cultural que leve em consideração a tensão existente entre as noções de “prática” e “representação”. A atenção de Chartier volta-se, assim, para o modo como são produzidas as representações e identidades coletivas, o que, necessariamente, implica pensá-las a partir das contradições do mundo social, inclusive, as econômicas e políticas:

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando

sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade.¹

A presente proposta defende que a aproximação da história oral em relação às noções teóricas produzidas no âmbito da nova história cultural e também da hermenêutica do conhecimento histórico empreendida por Ricoeur, pode contribuir na estruturação de um campo de conhecimento autônomo dedicado à compreensão das narrativas concedidas pelos sujeitos históricos em diferentes contextos objetivos e tramas subjetivas envolvidos na sua formulação a partir do trabalho de memória. São, afinal, os narradores que constroem – e reconstróem permanentemente –, a comunidade a que pertencem a partir de representões e práticas sociais organizadas. Ao passo que são os oralistas que estabelecem a partir de suas análises as relações entre micro e macro-história, para que as narrativas elaboradas pelos sujeitos históricos possam ser interrogadas em sua complexidade. Não, “não basta história de identidade”, como já dizia Eric Hobsbawm em sua crítica à história oral.² Trata-se, sim, de propiciar uma reflexão sobre os processos de construção de identidades, explicitando e compreendendo suas relações com o tempo e o espaço, bem como com a totalidade.³ Portanto, pretende-se instruir uma interpretação histórica que recusa as determinações simplistas do econômico, mas sabe retornar às contradições do mundo social e evidenciar as lutas por representação. Para compreender essas disputas,

segundo Chartier, é preciso dedicar “atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade”.⁴

Esse artigo também defende que as proposições de Ricoeur em torno da temática da memória e da representação historiadora⁵ podem ser de grande valia para a produção de conhecimento teórico no campo da história oral. A noção de representância, uma das questões centrais para o autor de *A Memória, a História, o Esquecimento*, diz respeito à ambição da história e dos historiadores de desempenharem a elaboração de operações historiográficas nas quais o critério de verdade é comandado pela interpretação que, por sua vez, conta em sua constituição com a correlação entre objetividade e subjetividade.⁶ Ao mesmo tempo, Ricoeur instrui seus leitores quanto ao significado de uma interpretação compreensiva das práticas sociais que regem os laços de pertencimento a uma dada comunidade de filiação. A noção de dialética da representação segue uma vertente hermenêutica que comporá, em sua essência, uma proposta interpretativa densa na qual o autor defende uma abordagem compreensiva e dinâmica a respeito da constituição dos vínculos sociais.⁷ Nesse sentido, a noção de dialética da representação evidencia a importância de se levar em consideração também como são costuradas pelos sujeitos as relações micro e macro-históricas numa dada sociedade. Desse modo, afinal, propomos nesse breve artigo sugerir algumas abordagens teóricas no sentido de fomentar o debate em torno de algumas questões: como a noção de dialética da representação poderia contribuir para a elaboração de uma compreensão crítica da memória

narrativa? Ou ainda, como a representação dialética auxiliaria os historiadores orais e, todos aqueles atentos às relações entre história e memória, na compreensão dos vínculos sociais construídos pelos sujeitos históricos e na maneira como elaboram suas identidades?

Ao forjar a noção de representância, Ricoeur enfatiza que a capacidade do discurso histórico de representar o passado faz parte de uma reflexão que leva em conta um efetivo reconhecimento de que a representação historiadora é intrínseca à operação historiográfica e, por sua vez, os sujeitos históricos constroem suas representações em condições específicas e mediadas pelo diálogo estabelecido a partir de certo contexto.⁸ Esta noção teórica elaborada por Ricoeur está inscrita em um contorno epistemológico particular e original na medida em que não apenas trata a capacidade do discurso histórico representar o passado, mas apresenta uma ferramenta de análise crítica que, entre outras coisas, remete aos significados da memória, suas intencionalidades e suas relações com a produção do conhecimento histórico – questões imprescindíveis para a produção de conhecimento histórico em história oral.⁹

A Entrevista

Entrevistamos a Profa. Dra. Leyla Perrone-Moisés durante a pesquisa de doutoramento que, posteriormente, também foi publicada em livro. Este estudo investigou o processo de profissionalização da carreira acadêmica ocorrido na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) entre a década de 1970 e os dias atuais, através da compulsão de memoriais e da realização de 19 entrevistas de história oral de vida com professores titulares. Os docentes

entrevistados fazem parte de uma comunidade de destino¹⁰ formada pelos primeiros professores a vivenciarem integralmente o processo de profissionalização da pós-graduação implementado pelo regime militar em 1968 através da Lei 5540/68.¹¹

Neste artigo procuraremos tecer considerações estabelecidas especialmente em relação à entrevista concedida pela Profa. Dra. Leyla Perrone-Moisés. O leitor poderá conferir nas linhas que seguem que os motivos para esta escolha são muitos, a começar pelo fato de ter sido uma entrevista costurada pela colaboradora com muito cuidado e emoção, dando origem a uma narrativa movida pelo desejo de diálogo com uma memória crítica construída coletivamente pelos movimentos de resistência ao Regime Militar. Outrossim, nossa narradora apresentou as utopias, as dores, os medos, as derrotas, os desafios e as conquistas de uma comunidade docente uspiana, delineando sempre a necessidade de se enfrentar as velhas e recentes tentativas de apagamento da memória.

A entrevista com a Profa. Leyla Perrone permitiu ainda compreender os meandros do processo de profissionalização das carreiras dos atuais professores titulares da Universidade de São Paulo, visto que muitos iniciaram a vida acadêmica em condições informais e sem qualquer remuneração, trabalhando em regime de tempo parcial. Destaca-se nesse sentido a sua atuação como intelectual, professora, dona de casa, mãe e, portanto, mulher que rompe com os modelos socialmente existentes e ousa transgredir o estabelecido. Vale ressaltar que ela realizou uma carreira acadêmica longeva no interior da universidade, tendo alcançado a titularidade em 1986, sendo a segunda mulher a receber o título de Professora Emérita na FFLCH-USP.

Dona de uma carreira construída entre dois cenários políticos opostos e duas culturas universitárias – aquela baseada nas cátedras e, a outra, na nascente profissionalização –, Leyla Perrone-Moisés reconstruiu em suas memórias as experiências individuais que mencionam o irmão Fernando Perrone, o clima de medo e insegurança diante da repressão ditatorial, a censura que acometia seus pares dentro e fora da universidade. Teceu ainda considerações sobre as cassações de professores e colegas de trabalho e lembrou como o fechamento do edifício que abrigava a Faculdade de Filosofia na Rua Maria Antônia e o seu “desterro” – quando vários cursos, inclusive departamentos inteiros, como o de Letras, foram levados para barracões improvisados na Cidade Universitária localizada no bairro do Butantã –, foi uma experiência que marcou profundamente a memória coletiva uspiana. A memória coletiva, este conceito cunhado por Halbwachs em livro homônimo, explicita como a memória individual está enraizada em determinadas relações sociais e laços de solidariedade com grupos ou comunidades mais amplas, e é um fenômeno construído que depende do contexto no qual ela é articulada e, portanto, da relação conflituosa estabelecida com os outros no contexto em que opera:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que essa reconstrução se opere a partir de dados ou de noções que se encontram tanto no nosso espírito quanto no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.¹²

Nesse sentido, a entrevista de história oral de vida com a Profa. Leyla Perrone possibilitou avaliar o modo como muitas referências construídas pelos docentes estão presentes na tecitura de uma memória coletiva e dão contorno ao estabelecimento de uma identidade também amarrada por experiências socializadas. Em muitos momentos, a narrativa de sua própria trajetória de vida acadêmica transformou-se em um alerta que convida o leitor para observar – também em uma escala coletiva – as muitas experiências vivenciadas socialmente por aqueles que fazem parte da história da FFLCH-USP. A passagem a seguir, que encerra esta breve introdução, apresenta de maneira emblemática o tom vital que norteia o enredo da trajetória contada por Perrone:

Eu sou uma “distinta docente da USP” e tenho muito orgulho disso, porque ela produziu grandes nomes do pensamento brasileiro. Eu peguei uma época áurea da Faculdade de Filosofia, onde havia grandes figuras pensantes e ensinantes e, depois, tenho orgulho da luta empreendida pela Faculdade contra a ditadura e tudo o que aconteceu na Maria Antônia. (Leyla Perrone-Moisés)

A “Maria Antônia” por Leyla Perrone: o enredo de uma narrativa

A conversa com a Professora Leyla Perrone ocorreu em seu apartamento. Ela gentilmente nos recebeu na tarde de 25 de julho de 2012 em uma ampla e confortável sala de estar em cujas paredes encontram-se alguns quadros de sua própria autoria. Mal tivemos tempo de sentar e apresentar mais detalhadamente os objetivos da pesquisa quando prontamente nos perguntou: “Você já leu o livro ‘K.’ do Prof. Bernardo Kucinski?”. Com um breve balbuciar e uma resposta negativa de nossa

parte, estava decretado o início da entrevista que começou com uma explanação professoral, dramática e apaixonada pela obra:

Acabei de ler um livro que me comoveu muito, é “K.” do jornalista Bernardo Kucinski. O autor usa sempre a expressão “‘desapareceram’ com a minha irmã”. Ela e seu companheiro foram “desaparecidos” e nunca mais foram encontrados. Os nomes deles estão na lista dos desaparecidos sem pistas. Ela era professora do Departamento de Química da USP. Como se fosse um romance ele narra a história, mas em entrevistas ele contou que isso ocorreu de fato com a irmã dele. O pai era um judeu que havia fugido dos nazistas na Polônia e tinha loja na José Paulino. O livro conta como o pai foi atrás da filha e não conseguiu nada. O livro passa a narrar todos os meandros daquele tempo e as dificuldades para se procurar um desaparecido. Mesmo tendo ido atrás de diversas autoridades ele não conseguiu nada. É uma história terrível! Um soco no estômago! Mas ao mesmo tempo é bonita porque mostra o desespero daquele pai procurando por sua filha.

Tem um capítulo que fala sobre uma reunião da congregação do Instituto de Química na qual uma das pautas era a votação a respeito da demissão da tal moça desaparecida “por abandono de cargo”. Isso ocorreu quando todo mundo estava careca de saber o que havia acontecido! Não o que tinha acontecido com ela, especificamente, mas que ela tinha sumido, evaporado. Constam no livro partes da ata da Congregação e eu fiquei pasma! Eu não sabia desse caso. Sabia de muitos outros, mas não desse! (Leyla Perrone-Moisés)

Essas primeiras palavras acenderam um estopim que abriu caminho para uma narrativa incendiária sobre a “Maria Antônia” no contexto ditatorial. O desenrolar da narrativa deixava cada vez mais evidente que a Profa. Leyla Perrone estava desempenhando um trabalho de memória e

costurando nessa delicada operação uma totalidade dotada de sentido, na qual apresenta os vínculos existentes entre a sua participação e a de toda uma comunidade docente pertencente à FFLCH que transitou da ditadura para a democracia.

A leitura do livro de Bernardo Kucinski teve um forte papel motivador na realização desse trabalho de memória sobre a “Maria Antônia” e alimentou a construção de uma narrativa na qual a trajetória de seu irmão ganhou contornos fortemente emocionais.¹³ Foi através de Fernando Perrone¹⁴ que Leyla envolveu-se com a “Maria Antônia” e decidiu atravessar a rua de mesmo nome para consolidar uma trajetória acadêmica com início em 1954 e que, mesmo com a aposentadoria formalizada em 1988, viceja ainda hoje através de atividades desenvolvidas no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), orientações e publicações:

Meu irmão Fernando Perrone – de quem vou falar para você daqui a pouco –, fazia Química na Alameda Gleite. Apesar dos químicos estarem separados, o contato era permanente com a Maria Antônia, principalmente através do grêmio estudantil que era muito ativo. Então meu irmão, que já estava muito politizado lá no grêmio da Filosofia, me perguntou por que eu continuava naquela escola de meninos mimados... E me chamou para vir para o outro lado da rua. Dizia ele: “Aqui é mais interessante, mais divertido, mais tudo...”. Nós fomos então conversar com o Prof. Eurípedes. Ele me disse: “Menina, me traz as suas notas”. E eu, que estava terminando o primeiro ano, levei minhas notas, que eram muito boas. O Eurípedes, então, me inscreveu no curso de Letras da Maria Antônia. Quer dizer, naquele tempo não havia burocracia nenhuma! (Leyla Perrone-Moisés)

No início de sua carreira profissional, Leyla conta que procurava conciliar atividades na esfera da vida privada com o trabalho intelectual: “Eu me formei em Letras em 1957 e no final desse mesmo ano me casei. Logo virei dona de casa como era corriqueiro naquele tempo. Passei então um período sem dar aulas”. Paralelamente à graduação cursada na Universidade de São Paulo, realizou estudos na Aliança Francesa conquistando o diploma em nível superior. Formada na Maria Antônia e na Aliança Francesa, a professora afirma que preferiu dar prioridade para a vida pessoal. Esse é um dos raros momentos em que sua narrativa visita a esfera da vida privada, explicitando conflitos vividos por muitas mulheres que passaram a ocupar cada vez mais um lugar no mundo do trabalho acadêmico nos anos 1950. A saída encontrada foi atuar como geralmente se esperava de uma mãe de família, tomava conta da casa e dos filhos, muito embora conseguisse conciliar todos esses cuidados com a produção de resenhas para o Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, mantendo um diálogo ativo com a academia e a sociedade:

Eu havia feito na Faculdade especialização em literatura francesa, naquela época não havia pós-graduação. Em 1958, o *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo* estava no auge. Mande uma resenha para o Décio de Almeida Prado, que foi aprovada e publicada. Então, meu primeiro texto publicado saiu em dezembro daquele ano e continuei escrevendo resenhas de literatura francesa. Essa era uma atividade mais condizente com uma mãe de família que ficava em casa com as crianças. Ler era possível em qualquer parte, inclusive levando as crianças para brincar no parque e, escrever, podia fazer em casa mesmo. (Leyla Perrone-Moisés)

Leyla Perrone driblou as exigências sociais e domésticas, conciliou o trabalho de educar os filhos em casa com outras atividades externas. Ao escrever resenhas mantinha-se em diálogo com o que era produzido na academia e, ao mesmo tempo, estabelecia uma respeitabilidade pública. Ela atribuiu a essa sua atuação como escritora do Suplemento Literário, o convite para atuar como docente na USP feito pelo catedrático responsável pelo Curso de Francês da então Faculdade de Filosofia:

Somente em 1970 recebi um telefonema daquele que era o responsável pelo Curso de Francês na Faculdade de Filosofia, o Prof. Albert Audubert. Então entrei como professora na Faculdade de Filosofia de um modo único, porque fui contratada por alguém que nunca tinha me visto, mas que lia meus artigos no *Suplemento*. Ele me ligou e disse que sabia que eu tinha me formado na Maria Antônia, e que o meu lugar era lá. Então fui dar aulas na Faculdade de Filosofia. Nesse momento, o curso já estava lá nos barracões da cidade universitária. (Leyla Perrone-Moisés)

Graduada desde 1957, Leyla voltou como professora à Faculdade de Filosofia da USP em 1970, depois do conflito conhecido como “Batalha da Maria Antônia” que havia sido responsável pelo fechamento do prédio que a abrigava e do deslocamento progressivo dos cursos ali ministrados para a atual Cidade Universitária. O encerramento das atividades na “Maria Antônia” era parte de um conjunto de medidas que, segundo a memória coletiva produzida pelos professores entrevistados, tinha como objetivo afastar alunos, professores e suas atividades do centro da cidade de São Paulo. Nesse sentido, essa instituição aparece representada – inclusive na narrativa de Perrone – como um núcleo de fermentação política já que mantinha um estreito e cada vez mais forte diálogo com os

trabalhadores paulistanos. Com efeito, essa representação diz muito em relação às expectativas e aos projetos políticos românticos e revolucionários que mobilizavam essa geração dentro e fora da universidade.¹⁵

A participação de alunos e professores da Faculdade de Filosofia nos debates em torno de projetos educacionais de âmbito nacional contribuiu para que a “Maria Antônia” tenha adquirido uma presença significativa na memória coletiva da comunidade docente como um núcleo de atuação, resistência e palco de conflitos políticos. No início da década de 1960, a Faculdade de Filosofia destacava-se no cenário político nacional por intermédio de alguns professores engajados na Campanha de Defesa da Escola Pública, no debate a respeito das Reformas de Base – até mesmo no que dizia respeito à questão da Reforma Universitária – e na participação de estudantes durante a Greve do 1/3 ocorrida entre maio e agosto de 1962. Segundo o *Livro Negro da USP*, as divergências em relação às propostas dos grevistas provocaram uma grande polarização dos professores: enquanto um grupo foi organizado em torno dos adeptos da democratização da universidade, outro firmou posição reunindo os conservadores que defendiam intransigentemente os privilégios da cátedra.¹⁶

Após o golpe civil-militar de 1964, as posições políticas dos professores da USP ficaram ainda mais evidentes quando um grupo se aliou ao reitor Gama e Silva – que ocupava provisoriamente as pastas da Justiça e da Educação no governo Castelo Branco – em defesa dos militares; enquanto outro passava a ser perseguido por uma Comissão de Inquérito criada pela própria reitoria. O objetivo da Comissão de

Inquérito era punir os “responsáveis por infiltrar ideias marxistas”, “sendo agentes de processos subversivos dentro da universidade”. A narrativa de Leyla Perrone faz menção a um dos momentos mais simbólicos desse período:

Aquele meu irmão que me levou ao Eurípedes para que eu me tornasse aluna da Maria Antônia, se tornou um militante político muito engajado e marxista. Ele abandonou o curso de Química que estava quase no fim e foi fazer Ciências Sociais. Esse curso estava mais de acordo com os interesses dele. Chegou a ocupar cargos na UNE e, como estudante, viajou para a União Soviética, Alemanha e Tchecoslováquia. Ele se formou em Ciências Sociais em 1965 e, politicamente, as coisas já estavam bem difíceis. Ele já estava bem marcado como uma pessoa de esquerda. Ele foi indicado para ser o orador da turma e, o paraninfo daquele ano, escolhido pelos alunos, todos muito politizados, era o Florestan Fernandes. Nessa formatura que ocorreu no Teatro Municipal, o Florestan Fernandes foi impedido de comparecer porque ele era considerado *persona non grata* pelos golpistas de 1964. Então o Florestan não foi, mas meu irmão fez um discurso inflamado que quase acabou em quebra pau entre os alunos. (Leyla Perrone-Moisés)

Na contramão das medidas repressivas que atingiam a universidade pública, foram formadas Comissões Paritárias no interior da Universidade de São Paulo, as quais nasceram a partir da discussão iniciada em 1967 em torno da reformulação do currículo de alguns cursos como Ciências Sociais e Geologia. As Comissões Paritárias de alunos e professores vingaram, primeiramente, nas Ciências Sociais, graças ao apoio concedido pelos auxiliares de ensino. Segundo Cunha, “em oposição à universidade existente, a Comissão Paritária da FFCL projetou a universidade crítica,

também chamada de universidade nova” e ganhou a adesão de outras unidades da USP:

A divulgação do Relatório Ferri, em junho, induziu, como reação contrária, a formação de comissões paritárias em outras seções da FFCL e em outras unidades. Nessa Faculdade, onde a influência de estudantes e professores de Ciências Sociais se fazia sentir mais fortemente, foi organizada uma comissão, também paritária, em nível de unidade – chamada comissão geral – com representantes das comissões seccionais. Uma comissão paritária da USP foi proposta no Conselho Universitário, surpreendentemente por um professor catedrático, mas não chegou a produzir resultados.¹⁷

Enquanto alunos e professores negociavam a reformulação pedagógica dos cursos e disciplinas e debatiam questões administrativas, o movimento estudantil intensificou suas ações públicas em 1968 e o trabalho no interior da universidade, em especial, no prédio da Rua Maria Antonia, transformado em um dos centros contestadores do regime. Atenta à articulação das forças políticas progressistas no interior da instituição, a ditadura fez vistas grossas ao ataque efetuado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) a partir do prédio da Universidade Mackenzie: pedras e bombas foram jogadas, além de tiros terem sido disparados com armas de fogo. Estudantes e professores permaneceram defendendo o patrimônio público até a retirada forçada. O atentado contou com a omissão da Reitoria da USP, da polícia paulista e do governo do Estado.¹⁸

Os ataques de 2 e 3 de outubro marcaram sensivelmente a história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e mantiveram-se como referência nos embates políticos travados durante o processo de transição

da ditadura para a democracia política. Além disso, a “Batalha da Maria Antônia” impôs a interdição do prédio e a transferência da Faculdade e de seus cursos para barracões improvisados na Cidade Universitária. A promulgação do AI-5 em 12 de dezembro de 1968 permitiu que em 25 de abril de 1969 fosse publicado o primeiro decreto que punia professores da Universidade de São Paulo. Entre 42 pessoas atingidas e diversos intelectuais, havia três professores da USP: Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Villanova Artigas. Apenas quatro dias depois, um novo decreto foi publicado atingindo 24 professores da USP, sendo que seis deles foram ligados incorretamente à instituição.¹⁹

A Profa. Leyla Perrone reconstruiu sua trajetória enquanto docente da FFLCH-USP ressaltando a necessidade de se defender a elaboração de uma memória sobre o papel crítico e de resistência dessa instituição em relação à ditadura militar. Mesmo não tendo participado diretamente dos eventos que envolveram a destruição e o fechamento da “Maria Antônia”, é muito significativo observar como a presença do seu irmão como liderança estudantil e, mais tarde, deputado estadual, foi responsável pela construção de uma memória individual associada à costura de uma memória coletiva:

No fim dos anos 60, além de muito cansada por estar dando aulas em três lugares diferentes, o clima político aqui estava uma coisa medonha. Na universidade a gente não podia falar. A professora Lucrecia Ferrara, com quem criei o curso de Teoria Literária na PUC, de quem era não só colega, mas muito amiga, foi detida em 1969 para “dar informações” na Operação Bandeirantes. Lembro-me que fui a casa dela lá em Perdizes; como estávamos montando o curso, nós conversávamos bastante. Quando estava chegando próximo à rua da casa dela vi um movimento meio estranho e o marido dela que estava na janela. Quando

ele me viu chegando de carro, deu um sinal para eu ir embora... Conto isso para você sentir qual era o clima na época... Eu me lembro que, rapidamente, voltei para casa. Depois fui me informar com outras pessoas sobre o que tinha acontecido. Soube que ela teve tanta presença de espírito que, quando os policiais chegaram, ela chutou a agenda para debaixo da mesa. Isso para ninguém querer pegar todos os amigos dela. Então quando vi o que tinha acontecido com o meu irmão e o que estava acontecendo com a Lucrécia e com outros colegas, como o Prof. Boris Schnaiderman... O Boris era professor de literatura russa e, além disso, o filho dele tinha ido fazer treinamento de guerrilha em Cuba. O Boris ficou sendo suspeitíssimo embora não tivesse nada a ver com guerrilha. Ele foi levado mais de uma vez para prestar depoimento e sua biblioteca foi vasculhada. (Leyla Perrone-Moisés)

A sensação de que a polícia estava investigando e prendendo pessoas próximas e ligadas à universidade transformava drasticamente o cotidiano docente e inibia ações coletivas que pudessem ser consideradas suspeitas, criando-se um círculo vicioso que reproduzia o medo e a insegurança:

E a gente ia acompanhando tudo que ia acontecendo... Então nesta tarde em que voltei da casa da Lucrécia e fiquei sabendo, através de amigos, que ela estava presa e sendo interrogada, fui para a área de serviço de meu apartamento e fiz uma fogueira dentro de uma bacia, com um monte de publicações de esquerda que eu tinha aqui em casa. Jornais e documentos da época foram queimados. Fiz essa fogueira porque pensei: meu irmão é mais que suspeito, é réu foragido, pegaram a Lucrecia, então alguma hora será a minha vez. De repente eles virão saber o que eu faço da vida... E se encontrarem essa papelada toda aqui? Então queimei tudo. Uma pena! Pois havia coisas que eram valiosas para guardar... (Leyla Perrone-Moisés)

As memórias tecidas sobre a Faculdade de Filosofia, afinal, reivindicam uma posição política defendida pela docente no tempo presente, além de ser também parte constituinte de um diálogo travado entre aqueles que disputam o controle hegemônico sobre a memória coletiva em torno da ditadura militar. Nesse sentido, a “Maria Antônia” ganhou uma presença privilegiada em sua narrativa. A instituição torna-se, assim, a personagem central de um enredo que envolve as lutas de resistência contra a ditadura militar e as lutas por representação instituídas no tempo presente.

Trazer à tona os desafios intelectuais, os projetos políticos e as lutas travadas por essa instituição e seus membros no cotidiano, significa inscrevê-la como um núcleo de resistência e oposição à ditadura militar. Ao compartilhar em sua narrativa as intrigas, os desejos, os afetos e os projetos intelectuais presentes na memória coletiva sobre a “Maria Antônia”, Leyla Perrone reivindica a construção de uma memória individual e de pertencimento ao grupo enquanto docente, propósito que também alimenta a construção de uma totalidade de sentido para a sua trajetória profissional como intelectual uspiana no interior da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

A Lei 5540/68 e a profissionalização da carreira docente: impactos e paradoxos

Ao episódio conhecido como “Batalha da Maria Antônia” que culminou com a interdição do Prédio, somou-se a transferência paulatina dos cursos para a Cidade Universitária que ainda não se encontrava em condições de abrigar alunos e professores adequadamente. Muitos cursos funcionaram por muitos anos de maneira improvisada em barracões de

zinco, enquanto os professores tinham que organizar seus escritórios em apartamentos destinados originalmente à moradia estudantil. Paralelamente a esse processo de mudança, teve início a reorganização administrativa da Faculdade promovida pela instauração de uma nova legislação para o ensino superior publicada a partir da Lei 5540/68.²⁰

Por conseguinte, a carreira acadêmica de Leyla Perrone distingue-se pelo fato de ser tributária de duas culturas universitárias diferentes, formada pelos primeiros professores titulares que assumiram os principais cargos de chefia após o domínio dos catedráticos. Trata-se, portanto, de uma docente que viveu uma série de embates acadêmicos pertencentes à transição do regime de cátedras para o departamental. Contexto esse, não obstante, marcado também pelo longo e trançado processo de redemocratização política.

Antes da consolidação da nova legislação que passou a definir os concursos públicos como o meio de acesso à contratação de docentes pela FFLCH-USP, as cátedras determinavam o funcionamento das Faculdades e Institutos. Como muitos professores de sua geração, Leyla Perrone ingressou na carreira docente como convidada. A atuação dos catedráticos na escolha de seus auxiliares de ensino alimenta ainda hoje a memória coletiva da comunidade docente estudada. Essa prática que continuou comum mesmo após a decretação da Lei 5540/68, produziu algumas representações em torno de como o caráter pessoal das seleções influenciava nas disputas políticas e nas correlações de forças no interior da Faculdade de Filosofia. A narrativa de Perrone-Moisés sobre a contratação do historiador Fernando Novais expõe alguns dos significados mais marcantes dessa representação:

O recrutamento dos ex-alunos que se tornariam professores na Maria Antônia dependia do catedrático. Se o catedrático gostasse daquele candidato, por razões intelectuais ou afetivas, ele convidava e a pessoa entrava. Em um dos volumes comemorativos dos 50 Anos da USP, é narrado como o Fernando Novais, por exemplo, foi contratado. Acho que foi o Antonio Candido que narrou que estava descendo a escada junto com o Sérgio Buarque de Holanda e ouviu dele: “Aquele rapaz que está ali em baixo é muito bom, vamos contratá-lo”. E, então, pronto! Era assim, não era por concurso nem nada. O que nesse caso do Fernando Novais deu muito bom resultado. Alguns deram bom resultado e outros menos... A verdade é que havia catedráticos que, ao escolher os seus assistentes, escolhiam aqueles que ameaçassem menos a sua própria carreira. Aqueles que fossem mais submissos e que não lhe fizessem sombra. (Leyla Perrone-Moisés)

O destaque dado pela professora à sua chegada como aluna de graduação à “Maria Antônia”, somado ao relato sobre seu ingresso como docente, constituem dados muito emblemáticos, inclusive quanto ao modo como foram costurados por sua memória e concatenados em sua narrativa. Sobressai em sua fala aspectos cruciais a respeito de um contexto acadêmico no qual as relações pessoais eram determinantes, muito em razão do fato dos professores catedráticos tentarem controlar a organização da vida universitária pela força que exerciam nos principais conselhos deliberativos. Isso podia tanto afetar o destino dos discentes que almejavam a docência, quanto dos professores que desejavam fazer a progressão em suas carreiras acadêmicas:

Até o final dos anos 1970 e começo dos 1980, nós precisávamos ficar atentos na congregação, por exemplo, quando se votava a composição de uma banca. Aqueles catedráticos de direita podiam intervir

e mudar tudo colocando somente gente que eles sabiam que iam prejudicar o candidato. Então nós, que éramos de esquerda, recebíamos recado de que não podíamos faltar na reunião da congregação, para garantir a formação da banca de alguém da esquerda. Nossa presença era importante para impedir mudanças nas bancas. No caso da Livre Docência, tinha que ter o acordo da congregação para o professor se candidatar. Não sei se ainda tem, mas na época, tinha de ter. Quando alguém ia fazer o concurso de Livre Docência, havia o risco de quererem impedir ou criar obstáculos. Nunca eram diretos, não assumiam que os obstáculos eram políticos, eles inventavam outra coisa qualquer... (Leyla Perrone-Moisés)

Leyla Perrone, como os demais professores da USP que alcançaram a titularidade nos anos 1980 e 1990, acompanhou as mudanças que atingiram diretamente a carreira docente nas universidades brasileiras nos anos 1970. Como Bento Prado Júnior constatou com certo pesar escrevendo suas memórias em relação à “Maria Antônia” no final da década de 1980, a “Escola que conhecera havia se transformado no final da década de 1950 em uma Universidade de Massa, em um contexto no qual toda a vida cultural da cidade de São Paulo também se ‘profissionalizava’”.

Os professores posicionados à esquerda contestavam as bases e intenções da Lei 5540/68, que impôs reformas que tinham por objetivo aperfeiçoar economicamente a universidade e sintonizar sua estrutura administrativa a novas perspectivas pedagógicas que priorizavam exigências externas atreladas à produção industrial e ao desenvolvimento econômico orquestrado pelos militares.²¹ Mesmo fazendo parte do grupo que adotou essa perspectiva crítica, a Profa. Leyla avalia que essa

legislação também produziu conquistas para a carreira acadêmica e implicou no ganho de autonomia, fatos que não foram previstos pelos mentores intelectuais da legislação e, muito menos, pelo regime militar.

Alguns estudos demonstraram com exatidão como a profissionalização da carreira acadêmica era parte de um projeto que circunscrevia as universidades à lógica da aplicação de recursos em educação mediante a maximização de resultados economicamente viáveis.²² Paradoxalmente, a pesquisa em torno da comunidade docente a qual Perrone-Moisés pertence, sugere que na prática essa legislação também contribuiu para a reorganização e o fortalecimento das carreiras no interior da FFLCH-USP, ao ponto de ter impactado diretamente no regime de trabalho e na conquista de maior autonomia por parte dos professores.

O isolamento da recém-criada FFLCH-USP no novo campus universitário do Butantã, somado às aposentadorias compulsórias de professores e às reformas no ensino superior impostas pelos militares e orientadas pelos acordos MEC-USAID, poderiam ter alterado o rumo de suas atividades de ensino e pesquisa em uma direção extremamente conservadora. No entanto, aqueles que permaneceram na Faculdade de Filosofia, mesmo vigiados pela “ditadura do silêncio” – de que tratou Florestan Fernandes –, se incumbiram da missão de recompor as bases de resistência rearticulando as forças progressistas dispostas a combater o modelo educacional e de universidade imposto pelo regime militar.

O fato de pertencer a uma comunidade formada em um contexto de transição – política em âmbito nacional e, econômica, na esfera internacional – permitiu a Leyla Perrone não só uma avaliação crítica das

inovações implementadas, como também a capacidade de resistir e moldar novas possibilidades de atuação profissional. Se as medidas impostas pelos militares dialogavam com as demandas e as transformações na ordem econômica mundial, internamente a comunidade docente procurou galvanizar as mudanças em benefício da regularização e valorização da carreira. Portanto, há uma diferença significativa entre as propostas de modernização da universidade, aquelas defendidas pelos militares e baseadas em proposições liberais e conservadoras estabelecidas a partir da Lei 5540/68 – e, outra, vinculada a luta travada por setores progressistas pelo fim da cátedra.

A Profa. Leyla Perrone faz parte de um grupo composto pelos primeiros docentes a vivenciar integralmente o processo de profissionalização da pós-graduação implementado pelo regime militar e, posteriormente, aprimorado pela legislação do período democrático. Muitos trabalharam sem remuneração e iniciaram suas carreiras informalmente e, na maior parte das vezes, em regime parcial. A universalização do regime de dedicação integral à docência e à pesquisa (RDIDP) começou a se consolidar apenas depois de aprovado o novo Estatuto da Universidade de São Paulo em 1988.

Outra característica comum a essa comunidade docente era o fato de seus professores terem ingressado na Faculdade de Filosofia da USP sem ter concluído o doutorado. A carreira era feita a partir do auxiliar de ensino que correspondia ao graduado que era convidado pelo catedrático e começava a dar aulas e a cumprir tarefas propostas pelo mesmo. Uma vez concluído o mestrado, o auxiliar se tornava professor assistente e, obtido o doutorado, passava a professor assistente de doutor. Durante a

fase inicial de profissionalização, em meados da década de 1970, prestaram alguns dos primeiros concursos públicos quando ainda eram mestres.

Coube a esses docentes se inserirem ao novo modelo de carreira e atenderem às novas exigências profissionais em um momento crucial e sensível para a Faculdade de Filosofia, cujas vagas ociosas pertenciam, muitas vezes, a professores e colegas de trabalho que tinham sido cassados pela ditadura. Não obstante, seriam os membros dessa mesma comunidade em transição os primeiros a galgarem a nova carreira composta a partir de 1988 em cinco escalas principais (Auxiliar de Ensino: MS-1; Assistente: MS-2; Professor doutor: MS-3; Professor Associado: MS-5; e Professor Titular: MS-6) alcançando o seu ápice como professores titulares, função anteriormente ocupada pelos catedráticos. Quando a cátedra foi extinta em 1968, o último degrau na carreira passou a ser a “titulatura”.

Contudo, o processo de inserção ao novo formato acadêmico, não significou a concordância dos docentes em relação ao conteúdo da nova proposta. Paradoxalmente, o processo de profissionalização implementado pela ditadura militar aos poucos corrigiu algumas deficiências e agregou melhorias ao trabalho docente. A Profa. Leyla, como outros professores contratados no mesmo período, costumam enfatizar em suas narrativas que chegaram a trabalhar na condição de auxiliares de ensino sem qualquer remuneração. A pauperização do trabalho docente, muitas vezes, podia ser constatada no regime de trabalho precário e em seus aspectos informais, já que nos acordos

definidos com os catedráticos inexistiam direitos ou garantias previstas pela legislação trabalhista:

Veja como as coisas evoluíram para melhor, na USP: durante um ano e meio trabalhei de graça, porque não havia verba para a contratação de novos professores. Havia uma vaga deixada por uma professora que estava na Europa, mas a contratação era complicada. Então, em 1970, eu dava aula de literatura francesa em três lugares: na PUC, na USP e no secundário do Colégio Sion. Antes do convite, eu não tinha nem projeto de fazer carreira acadêmica. Eu não pensava em escrever uma tese, estava satisfeita fazendo jornalismo cultural. Mas tendo entrado na carreira, defendi minha tese de doutorado em 1971. Continuei dando aulas e, em 1975, defendi a *Livre Docência*. Somente depois da *Livre Docência* passei a ter tempo integral, antes tinha apenas tempo parcial. Isso também era difícil naquela época. A gente tinha que esperar muito. Então para mim foi muito difícil economicamente esse começo. Eu estava divorciada e com duas filhas, então tinha que trabalhar bastante. (Leyla Perrone-Moisés)

Nesse sentido, a investigação da trajetória acadêmica por meio da história oral de vida intelectual demonstra como a sua carreira teve início e é representativa de um período de transição histórica. Leyla Perrone começou a trabalhar antes do processo de profissionalização ter sido instituído oficialmente, fato que contribuiu diretamente para a compreensão do seu caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que enquadrou os professores em um novo sistema organizado para o ensino superior – cuja perspectiva de implantação era abertamente tecnicista –, assegurou-lhes na Universidade de São Paulo trajetórias que teriam a estabilidade e a dedicação exclusiva como características marcantes. Ironicamente, foi a nova carreira docente institucionalizada durante a

ditadura que galvanizou o terreno para que os professores pudessem resistir e lutar por melhores condições de trabalho.

Universidade Pública e as Lutas por Representação: uma questão de identidade

Toda narrativa produzida no contexto de uma entrevista de história oral é um convite para pensarmos o modo como o seu enredo foi planejado. As intenções que regem e dão sentido para uma trajetória de vida asseguram a construção de uma determinada representação do passado e dizem respeito tanto à identidade do narrador quanto da comunidade a qual pertence. A Profa. Leyla reivindica uma identidade enquanto intelectual uspiana baseada em acontecimentos e avaliações realizadas no tempo presente e que, por sua vez, tem íntima relação com os aspectos que interessam e incentivam o trabalho de memória. Nesse sentido, a entrevista concedida ganha um significado especial quando compreendida a partir das múltiplas relações que dizem respeito à definição de uma identidade intelectual coletiva, constituída a partir da defesa da universidade pública, de uma memória crítica em relação à ditadura militar e do papel social e político das instituições educacionais que desenvolvem seus trabalhos na grande área de humanidades.

Ricoeur sustenta que uma das tarefas do historiador compreende a necessidade de discriminar os testemunhos em função da sua origem, valorizando a elaboração de uma crítica capaz de levar em conta as diferenças entre as perspectivas envolvidas. Isso implica em saber caracterizar e historicizar as especificidades, os problemas e as fronteiras abarcadas na escolha de uma perspectiva como a que foi realizada em relação à memória narrativa da Profa. Leyla Perrone-Moisés. Dessa

maneira, as intenções da representação historiadora aqui apresentada remete o historiador ao desafio de compreender as tramas e significados da memória narrativa – assim como sua dinâmica e intencionalidades –, sem permitir que a narrativa histórica se torne sua refém.²³

Quando circunscrita e produzida como documento, a memória narrativa tornar-se fonte e manancial fecundo para a produção de conhecimento histórico. A história oral é, não por acaso, um campo privilegiado no qual a produção de conhecimento teórico sobre as relações entre história e memória tem contribuído para a desmistificação e, ao mesmo tempo, para a valorização dos estudos em torno da memória.²⁴ No âmbito da história oral, a memória narrativa tem sido investigada em suas especificidades – seu caráter subjetivo, dinâmico, seletivo e em franco diálogo com o esquecimento em suas diferentes modalidades –, pode ser descrito e compreendido como um problema privilegiado na medida em que passou a ser produzida como um documento para a disciplina histórica.

Para concluir a exposição, vale a pena a releitura do tom vital da entrevista concedida por Perrone-Moisés, entendido aqui como um trecho representativo da narrativa e dotado de uma totalidade de sentido:

Você deve ter lido aquela entrevista recente, na qual o Caetano Veloso respondeu ao Roberto Schwarz, referindo-se ironicamente aos “distintos docentes da USP”... Eu sou uma “distinta docente da USP” e tenho muito orgulho disso, porque ela produziu grandes nomes do pensamento brasileiro. Eu peguei uma época áurea da Faculdade de Filosofia, onde havia grandes figuras pensantes e ensinantes e, depois, tenho orgulho da luta empreendida pela Faculdade contra a ditadura e tudo o que aconteceu na Maria Antônia. Meu quadro de formatura pereceu queimado

nos eventos de 1968. Essa foi a menor das perdas, mas para mim ela é simbólica. (Leyla Perrone-Moisés)

Para a Profa. Leyla Perrone-Moisés, a lembrança tanto do seu irmão, Fernando Perrone, quanto da Profa. Ana Kucinski guarda, em seu sentido íntimo, a tarefa de redimir as vítimas do passado, já que seu intento é rerepresentar as lutas e os sonhos de toda uma coletividade. Afinal, rememorar-los significa também reinscrever seus projetos políticos no presente. Nessa vertente, a noção de representância para a teoria do conhecimento em história oral, permite interpretar a elaboração de representações produzidas pela memória narrativa da Profa. Leyla Perrone, problematizando as relações e os limites entre história e memória, possibilitando ainda ao historiador oral abordar as diferentes modalidades de esquecimento, bem como os significados políticos, econômicos e sociais das construções identitárias.²⁵ Portanto, é imperioso acompanhar as estratégias adotadas na elaboração de um processo narrativo através do qual a Professora apreendeu o passado no presente, imbuída de uma tarefa também imposta pelos embates e as disputas por memória em torno da “Maria Antônia” e do que essa instituição pública representou no contexto da ditadura militar.

Em termos benjaminianos, as lembranças produzidas durante as entrevistas de história oral de vida são como fagulhas que, ao atear o fogo no passado, reconstruem-no no presente. Nesse sentido, as narrativas precisam ser entendidas como parte de um exercício de reconstrução instruída do passado e em diálogo com o tempo do agora. “A memória não possui fio de Ariadne”, afirma Olgária Matos, o que significa que ela se encontra diante de um labirinto que compartilha

incertezas e, ao mesmo tempo, ricas possibilidades.²⁶ As declarações em uma entrevista de história oral de vida são produto de construções subjetivas elaboradas no presente, podem, assim, ser imprecisas e até mesmo produzir mitos. Afinal, o documento construído a partir de lembranças reelaboradas é mediado permanentemente pela reconstrução do passado no tempo presente. Como já destacou Portelli, as fontes escritas construídas a partir das entrevistas de história oral podem transpor os limites das “versões oficiais” e tornarem-se ricos mananciais repletos de possibilidades analíticas e aspectos pouco apresentados pelos dados factuais, desde que interrogadas com as devidas propriedades teóricas.²⁷

Em diálogo com a hermenêutica de Ricoeur, este artigo sustenta que a teoria do conhecimento em história oral pode colaborar para a elaboração de problematizações em torno da memória narrativa, compreendendo-a como fruto de uma representação dialética produzida por um sujeito engajado na experiência histórica, nas suas relações com o outro e com o tempo.²⁸ A perspectiva teórica que é instruída a partir desse encontro permite que a identidade narrativa possa ser interrogada como fonte da identidade pessoal que, por sua vez, é construída num verdadeiro emaranhamento com o outro (alteridade) e em franco diálogo com a temporalidade. Nesse sentido, a narrativa elaborada pela Profa. Perrone, baseada em um diálogo estabelecido a partir da memória coletiva docente e das lutas por representação, constituiu um enredo no qual a “Maria Antônia” é um símbolo de resistência contra a ditadura militar e a favor das lutas pela democracia. Do mesmo modo, a rememoração dessa instituição realizada pela Professora tem um teor explosivo para o

presente – como argumenta Walter Benjamin, capaz de interromper o fluxo contínuo de uma temporalidade homogênea e vazia pautada pela Lei da Anistia –, na medida em que busca a redenção das personagens e dos projetos educacionais e políticos que foram responsáveis pela tessitura de sua história.²⁹

Em um presente “saturado de agoras”, a Professora Leyla desenha, assim, um papel histórico para os docentes, caracterizado pela (re)apropriação dos chamados fatores de “distinção docente”, para enfatizar e atribuir a eles um sentido político em prol das lutas em defesa da produção autônoma de conhecimento, baseada numa concepção humanista da ciência que visa o amadurecimento da democracia e o fortalecimento do espaço público em nossa sociedade.

Notas

* Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professor de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista do Programa PPP/FAPEAM. ORCID: 0000-0002-1297-6663.

¹ CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, USP, São Paulo, (11) 5, 1991, pp. 183-184.

² HOBSBAWM, E. Não basta a história de identidade. *In: Sobre a História*. São Paulo: Cia das Letras, 2005, pp. 281-292.

³ KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁴ CHARTIER, R. op. cit., p. 184.

⁵ RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

⁶ idem, p. 354.

⁷ idem, p. 239.

⁸ idem, pp. 293-296.

⁹ As análises de François Dosse contribuiram decisivamente para as aproximações que propomos neste artigo entre a obra ricoeuriana e a teoria do conhecimento em história oral. Ver: DOSSE, F. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu século**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

¹⁰ MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

¹¹ Foram entrevistados 19 professores titulares da FFLCH-USP entre 2011 e 2013, a saber: Ana Fani Alessandri Carlos, Benjamin Abdala Júnior, Davi Arrigucci Júnior, Eunice Ribeiro Durham, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Franklin Leopoldo e Silva, Janice Theodoro da Silva, José Álvaro Moisés, José Augusto Guilhon de Albuquerque, Leyla Perrone-Moisés, Mário Miguel González, Olgária Chain Feres Matos, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Renato Janine Ribeiro, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sandra Margarida Nitri, Sérgio França Adorno de Abreu, Wanderley Messias da Costa e Zilda Márcia Gricoli Iokoi. As entrevistas podem ser consultadas na íntegra no volume 2 da minha tese de doutorado. Todos os textos foram conferidos e aprovados pelos respectivos narradores. Ver: BIAZO, G. C. F. **Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica**. Doutorado em História Social. Tese, FFLCH-USP, São Paulo, SP, 2014, 699 p..

¹² HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 34.

¹³ KUCINSKI, B. **K. – relato de uma busca**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

¹⁴ Fernando Perrone se formou em Ciências Sociais pela USP em 1965. Ainda como graduando ocupou cargos na UNE e viajou para a União Soviética, Alemanha e Tchecoslováquia. Foi eleito deputado estadual pelo MDB em 1966 e, segundo as palavras de Leyla Perrone, era conhecido como “deputado vermelho”. Depois da decretação do AI-5 exilou-se no Chile e na França. “Quando voltou para o Brasil acabou se tornando professor da ECA, e seguiu carreira lá até a Livre Docência. Em 1996 ele teve um AVC terrível, em consequência do qual ele morreu. Enfim, ele foi uma pessoa da Faculdade de Filosofia, sempre ligado a ela”, segundo Leyla Perrone.

¹⁵ RIDENTI, M. **Em Busca do Povo Brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹⁶ ADUSP. **O controle ideológico na USP (1964-1978)**. São Paulo: ADUSP, 2004.

¹⁷ CUNHA, L. A. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

¹⁸ A Rua Maria Antônia (São Paulo-SP), onde se situavam a Universidade Mackenzie e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi palco do conflito que ficou conhecido como “A Batalha da Maria Antônia”, ou “Guerra da Maria Antônia”. A PM interviu, o secundarista José Guimarães foi morto por um tiro disparado pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC, alojado no alto de um prédio do Mackenzie. Ver: CARDOSO, I. Maria Antonia: o edifício de nº 294. In: **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

¹⁹ ADUSP, op. cit..

²⁰ As reformas promovidas por essa lei determinaram: o desaparecimento das cátedras ou cadeiras como unidades básicas do ensino e da pesquisa, substituídas

pelos departamentos, que aglutinariam os docentes pertencentes às disciplinas afins; a integração das várias áreas que desenvolviam ensino e pesquisa comum; a criação dos assim chamados cursos básicos (primeiro ciclo) e profissionais (segundo ciclo); o estabelecimento das matrículas por disciplina, em substituição às tradicionais matrículas por série; e a extinção das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Ver: CUNHA, L. A. op. cit..

²¹ Nas palavras de Luiz Antônio Cunha, a profissionalização teve início com a proposta e tentativa de mercantilização da vida acadêmica: “o golpe de 1964 abriu caminho para a ascensão de um novo tipo de pensador da educação no país, como, de resto, em todas as áreas da administração pública: o economista. (...) Pois bem, para o engenheiro/economista daquela onda tecnocrática, racional era tudo que levasse à maximização do rendimento do processo educacional”. Ver: CUNHA, L. A. op. cit..

²² FÁTIMA DE PAULA, M. de. **A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária**. Florianópolis: Insular, 2002.

²³ MENEZES, U. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, SP., 34: pp. 9-24, 1992.

²⁴ MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

²⁵ SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. pp. 73-102.

²⁶ MATOS, O. F. C. Memória e História. **A Terceira Idade** (SESC-São Paulo), São Paulo, Ano 4, nº 6, out. 1992, p. 10.

²⁷ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, pp. 59-72.

²⁸ A noção de representação dialética forjada por Ricoeur, ou de dialética da representação, nos interessa enquanto possibilidade de elaboração de uma abordagem compreensiva da memória narrativa preocupada em demonstrar como os sujeitos produzem em seus relatos uma costura dinâmica das suas próprias experiências e dos seus vínculos e rupturas sociais no tempo. Ver: RICOEUR, P. op. cit., p. 239.

²⁹ Ver: LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.